
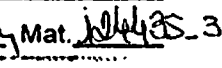



Parecer nº 32/2017 – GECON/PROJUR/FEPECS
Processo nº 064.000191/2017-Fepecs.
Ementa: Aquisição de prestação de serviços de Certificação Digital

Folha nº 38
Processo nº 064.000 191/2017
Rubrica  Mat.  3

À
Unidade de Administração Geral/Fepecs

I – Relatório

Tratam os autos de solicitação de prestação de serviços de Certificação Digital, integrante da raiz ICP-Brasil, e eventual fornecimento de dispositivos tipo *Token* para armazenamento de certificados digitais tipo A3 e-CPF e e-CNPJ, para utilização na Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS) e suas escolas mantidas.

Constam dos autos: Termo de Referência (fls.02/04), Pedido de Prestação de Serviço - PPS nº 04/2017 (fl. 07), Propostas de Preços (fls.08/17), Disponibilidade de Recursos (fl. 20), Estimativa de Preços (fl. 18), Certidões Fiscais Negativas da empresa SOLUTI – Soluções em Negócios Inteligentes S/A (fls.21/24) e documentação comprobatória dos valores praticados dos valores praticados pela contratada no âmbito dos demais contratos firmados com os setores público e privado (fls. 30/35). 

II – Fundamentação

A licitação é uma exigência constitucional para toda a Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional, ressalvados os casos especificados na legislação pertinente.

Cumpre-nos informar que neste momento, não há nos autos a informação de que no âmbito do Distrito Federal, algum certame licitatório fora desencadeado para aquisição de materiais de consumo.

Assim, analisando legalidade do requerimento da FEPECS, cumpre dizer que dentro dos casos excepcionais, o dispositivo que regulamenta a contratação em tela é o art. 24, inciso II, da Lei nº 8666/93, que assim dispõe:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

SMHN Quadra 03, Conjunto A, Bloco 01 Edifício FEPECS. Asa Norte. Brasília/DF. CEP: 70.710-907.
Email: projurfepecs@gmail.com
(61)3325-4980.

Folha nº 39

Processo nº 064.000.191/2017

Rubrica Mat. 104435-3

(...)

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea a do inc. II do artigo anterior e para alienações,...

Por ser de pequena relevância econômica a contratação, não se justifica que a Administração gaste com uma licitação comum, sendo facultativo a ela, com pálio na discricionariedade e economicidade, incluir na hipótese do artigo mencionado, a dispensa de licitação em razão do valor.

Destaco que para a contratação tratada nestes autos, aplica-se no que couber o PARECER NORMATIVO Nº 726/2008 – PROCAD/PGDF, publicado no DODF nº 73, de 16.04.2009, páginas 3-8, itens 65 e 66, *in verbis*:

“65. Destarte, para a contratação direta com base nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, além das exigências descritas, deverão ser seguidos os seguintes passos, estabelecidos na Lei de Licitações:

a) indicação perfeita do objeto a ser contratado pela Administração (art. 14), fl. 02;

b) aprovação do Projeto Básico pela autoridade competente, nos casos de obras e serviços (art. 7º), fl. 04-verso;

c) confirmação da existência de recursos orçamentários para fazer frente à despesa estimada (art. 7º, § 2º, inciso III), os quais deverão estar em conformidade com o orçamento estimado em planilhas (art. 40, § 2º, inciso II) e respeitar o limite para cada tipo de contratação (art. 24, incisos I e II), fl. 20;

d) autorização da autoridade competente para a realização da despesa (art. 38, caput), fl. 04-verso;

e) juntada aos autos do termo do contrato a ser firmado (art. 38, inciso X), se for o caso, o qual deve seguir a orientação descrita anteriormente;

f) declaração da autoridade administrativa no sentido de que não há parcelamento da obra, do serviço ou da compra (art. 24, incisos I e II), pendente;

g) comprovação de que o preço é compatível com o praticado no mercado (art. 26, caput);

h) justificativa da escolha do executor do contrato por parte da Administração;

i) obrigatoriedade de a Administração fiscalizar a execução do objeto do contrato;

j) previsão de que são aplicáveis ao contrato as cláusulas exorbitantes dos contratos administrativos.

66. Essas são as exigências que devem ser cumpridas pelo Administrador, nos casos de contratação direta com base no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93.”

A justificativa apresentada para a contratação de serviços de certificação digital e fornecimento de dispositivos tipo *token* USB é o atendimento às necessidades da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS) e da Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) tais como assinatura eletrônica nos documentos emitidos pela FEPECS e pela ESCS, permitindo assim que UAG/FEPECS assine eletronicamente documentos referente à prestação de contas (*e-Contas*) e que a Escola assine os Termos de Adesão ao SISU/MEC, bem como, a Secretaria de Assuntos Acadêmicos e as Secretarias de Cursos da ESCS emitam documentos como: Certificados, Declarações, Históricos Escolares, Atestados de Matrículas, Declaração de Passe Escolar, Cartão de Identificação, etc. (fl. 02).

Importante ressaltar que a GRM/UAG/DE/FEPECS em despacho, à fl. 25, informa que *“após pesquisa de preços, à vista do Princípio da Economicidade e que a FEPECS já possui os itens 2 e 4 (tokens), frutos de contratações anteriores, procederá a pesquisa de preços somente para o serviço de certificação digital, em paralelo à solicitação original.”*.

Para o deslinde da contratação, portanto, **não é necessário** cumprir as disposições constantes do *caput* art. 26 da Lei nº 8.666/93, *in verbis*:

“Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.”

Ou seja, não é necessária a publicação no DODF do ato de autorização da dispensa de licitação pelo Ordenador da Despesa e a ratificação pela Diretoria Executiva, muito menos a elaboração de minuta de contrato, tendo em vista a excepcionalidade contida no *caput* do art. 62 da Lei 8.666/93, ou seja, será emitida Nota de Empenho de despesa.

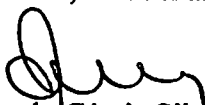
Folha nº	40
Processo nº	064.000191/2017
Rubrica	Mat. 204435.3

III – Conclusão

Diante do exposto, opina esta Gerência pelo deferimento da contratação de serviços de Certificação Digital, com base no *caput* do art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, pendente apenas declaração da autoridade administrativa no sentido de que não há parcelamento da obra, do serviço ou da compra (art. 24, incisos I e II), tendo em vista o preenchimento dos demais requisitos legais.

Por fim, ressaltamos que a contratação destes autos foi apreciada por esta Procuradoria Jurídica/FEPECS, em observação do item 2.4 do Parecer Normativo nº 726/2008 – PROCAD/PGDF, publicado no DODF nº 73, de 16 de abril de 2009, bem como, ao Ofício-Circular nº 17/2015-GP do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Brasília – DF, 26 de maio de 2017.




Suely Cássia Silvério
Gerência de Contratos e Convênios/PROJUR
Gerente
OAB/DF 19.767

De acordo.
Encaminhe-se.



Anderson Cardoso de Araújo
Procuradoria Jurídica/FEPECS
Chefe
OAB/DF 15.917

Folha nº	41
Processo nº	064.000.194/2017
Rubrica	 Mat. 194435-3